

Propostas para uma arquitetura de poder justa e democrática

contribuição para a Cúpula dos Povos

Rio+20

Junho 2012

Índice

APRESENTAÇÃO	3
I. PROPOSTAS PARA UMA NOVA GOVERNANÇA JUSTA E DEMOCRÁTICA.....	4
II. REPENSAR A ARQUITETURA DE PODER E A DEMOCRACIA.....	6
III. OS ATORES, SUAS RELAÇÕES, SUAS CONTRADIÇÕES.....	11
1. As transnacionais.....	11
2. O Estado.....	11
- Dialética entre a Sociedade e o Estado.....	12
- O papel da ONU.....	12
- China.....	13
3. Indivíduos, comunidades, sociedade civil e uma nova relação com a natureza.....	13
4. Os territórios.....	14
5. Os poderes fáticos.....	15
CONCLUSÃO	16

Este documento foi preparado por Gustavo Marín com contribuições de Arnaud Blin, Cândido Grzybowski, Ricardo Jiménez, Jorge Romano e Carles Riera, retomando o debate dedicado à arquitetura de poder durante o seminário no Rio de Janeiro, de 10 a 12 de Agosto de 2011, organizado pela IBASE, Foro por uma Nova Governança Mundial (FNGM) e EURALAT. É, naturalmente, um documento inacabado, em andamento e portanto novas críticas e contribuições irão enriquecê-lo.

APRESENTAÇÃO

Vinte anos se passaram desde a Cúpula da Terra no Rio de Janeiro em 1992, e o mundo continuou mudando, profunda e rapidamente. Este período se iniciou com acontecimentos significativos: a queda do Muro de Berlim em Novembro de 1989, a própria Cúpula da Terra no Rio em 1992, a liberação de Nelson Mandela em 1990 depois de 27 anos de prisão, e sua eleição como presidente da África do Sul em 1994, e a expansão da comunicação pela internet a partir dos anos 90, entre outros, marcaram a entrada da história em uma nova era. Outros acontecimentos deixaram traços que fizeram retroceder os avanços conquistados. Cada um, segundo suas raízes geográficas e visão de mundo poderiam identificar os eventos históricos que marcaram os últimos 20 anos. As visões são, por sorte, multidimensionais. Mas surge um horizonte comum: o mundo entrou em um longo período de transição no qual as sucessivas crises se combinam e se misturam. Nesta zona de turbulência que estamos vivendo na história dos primeiros anos do século 21, temos a oportunidade de abrir as portas e janelas a novas civilizações plurais e solidárias. Certamente o futuro é imprevisível e sem dúvida será diferente do que imaginamos, mas outro mundo é visível no horizonte. Para superar esta zona de turbulências, é necessário contar com plataformas sólidas que nos permitam avançar. Esta é razão pela qual entregamos este conjunto de propostas para uma arquitetura de poder – justa e democrática – em suas mãos.

I.

Propostas para uma nova governança justa e democrática

Construir uma nova governança não é somente uma questão institucional ou de reflexão referente ao campo da política ou sociologia. Qualquer proposta e modelo de governança dependerão da ação e mobilização de muitas pessoas, atores, movimentos e povos. Esta é uma questão decisiva e essa ação e mobilização têm um papel fundamental nas idéias e propostas. Por isso, devemos repensar a arquitetura de governança integrando-a na perspectiva de uma biocivilização pela sustentabilidade da vida e do planeta.

A arquitetura de uma governança cidadã, solidária e justa deve repousar sobre pilares éticos e filosóficos. Deve também apoiar-se e reciprocamente tornar possível uma nova economia, orientada por uma justiça social e ambiental. Em todo caso, é necessário responder juntos aos desafios do momento presente, enraizado nos contextos de cada um, de cada povo. Isso implica reconhecer as diferentes sabedorias presentes em todos os continentes, em todos os povos, sem pretender que somente uma seja referência indiscutível. Os fundamentos de uma nova governança devem ser elaborados com espírito crítico e democrático.

Portanto, entre outras propostas para avançar no processo de transição histórica em que estamos submetidos, se faz necessário:

- Concretizar mudanças profundas na educação: uma educação que eduque para uma nova democracia e uma nova relação da sociedade com a natureza;
- Promover uma educação sobre os direitos e responsabilidades;
- Promover a economia e a cultura do cuidado para repensar a política, combater a dominação patriarcal, promover a igualdade nas relações de gênero, uma justa

divisão e distribuição do trabalho socialmente útil, e uma nova economia centrada nos bens comuns.

- Assumir a regulação das ciências e tecnologias e permitir sua democratização e seu controle popular como bem comum.

- Recuperar, valorizar, e visualizar as experiências portadoras de alternativas que já estão em andamento, principalmente nos territórios locais, urbanos e rurais, buscando criar as condições para sua multiplicação e expansão.

- Promover a democratização da informação e da comunicação como uma condição básica para aprofundar a democracia.

- Potencializar a capacidade de participação combinando a informação, a consulta e a capacidade de decisão para que os espaços de participação possam formar mecanismos de mudança do Estado e das representações. Nessas lutas pela transformação dos sistemas políticos, como por exemplo, a Revolução dos Indignados na Espanha, os movimentos sociais em Tunísia e Egito, e o Movimento Estudantil do Chile, o componente de mobilização e crítica inclui e supera os atores tradicionais como sindicatos, partidos e outros; e encontra-se como ator fundamental para a pessoa que busca atuar como ente mobilizado e crítico em conjunção com milhares de outras. Trata-se de promover uma governança que não reduz o cidadão a um cliente ou consumidor da política, e sim torná-lo um sujeito ativo dessa governança.

- Vincular a transformação pessoal com as transformações coletivas. A democratização só é possível se está enraizada nas formas de pensar, sentir e atuar de cada um. Reciprocamente, as mudanças nos processos e ins-

tuições podem fortalecer as mudanças pessoais. Há então uma relação dialética entre a transformação pessoal e as transformações coletivas.

Apesar das mudanças necessárias nas esferas sociais, culturais, tecnológicas, a nível pessoal e coletivo, são necessárias apontar algumas propostas específicas que visam à transformação dos sistemas políticos. Estes representam o nó górdio das contradições sociais e devemos desatá-lo tendo em conta que estamos diante de diversos contextos históricos com diversos regimes políticos, não somente democráticos, mas também autoritários. Entre eles, o desafio da democratização da China, primeiramente, aparece como marco inevitável para avançar no caminho rumo a uma biocivilização para a sustentabilidade da vida e do planeta. No entanto, o desafio da democratização do sistema político chinês, para citar apenas esse, não deve ocultar os desafios igualmente históricos de democratização da democracia nesses regimes, principalmente dos países dominantes, que baseados em eleições periódicas não só mantêm um modelo econômico e social injusto, mas também são responsáveis por graves problemas que ameaçam a vida e o planeta.

Várias ações poderiam ser sinaladas:

Renovar e democratizar os partidos políticos.

Os partidos têm sido uma inovação significativa para expressar a diversidade de visões e opções dos cidadãos nos regimes democráticos. Torna-se, portanto inadequado negar-los diretamente. É certo também que os partidos políticos, salvo raras exceções, se transformaram em instrumentos que reproduzem os modelos patriarcais e hierárquicos de dominação, sem mencionar as práticas corruptas ou antidemocráticas de muitos de seus líderes. Renovar e democratizar os partidos políticos é viável. Muitas iniciativas podem ser postas em prática: mudança periódica dos líderes, priorizar os jovens e as mulheres em postos de responsabilidade, fornecer informação regular aos simpatizantes e ao público em geral, consultar os cidadãos reunidos em assembleias locais, e etc.

Abrir espaços aos meios de comunicação: televisão, rádio e imprensa, aos cidadãos e suas organizações.

Já existem muitas iniciativas que abriram os meios de comunicação à voz dos cidadãos através de meios telefônicos e foros de internet. Estes espaços podem ser mais consistentes e pedagógicos se a voz não é apenas escutada, mas também é canalizada implementando mecanismos que guardem uma impressão das opiniões e as articulem dando corpo a visões e propostas mais estruturadas e sólidas que emanam de um diálogo aberto.

Afirmar a igualdade.

As experiências dos governos, instituições e organizações onde as mulheres são maioria e a igualdade é respeitada são férteis. Precisamos garantir que a igualdade seja respeitada não só nas candidaturas, mas também em posições de responsabilidade começando com as presidências dos governos, tribunais, parlamentos, etc.

Financiamento público.

É imperativo que o financiamento dos partidos políticos e de toda organização que se postule a cargo de responsabilidade pública provenha de fundos públicos gerenciados de maneira transparente. De outra forma, a corrupção corroerá os corpos políticos e desvirtuará o exercício de poder. É indispensável separar totalmente os interesses privados dos cargos de responsabilidade pública; e as remunerações dos responsáveis devem ser modestas, dando um exemplo de humildade.

Aproximar os parlamentos dos cidadãos.

A ação de legislar não deve estar circunscrita apenas aos deputados e senadores. As leis são votadas por eles, mas é necessário estabelecer canais formais de elaboração conjunta das decisões legislativas com os atores sociais diretamente envolvidos. Temos que criar os novos parlamentos do século 21. Por exemplo, o orçamento e as leis sobre educação devem ser discutidos com as organizações de estudantes, professores, de pais e encarregados de educação, etc. O mesmo para as áreas de saúde, habitação e infra-estrutura. Temos que criar novos mecanismos de diálogo entre os parlamentares e a sociedade para evitar que os parlamentos se transformem em espaços fechados ou elitistas afastados das demandas dos cidadãos.

Organizar plebiscitos, referendos, conferências, incentivando a participação da maioria dos cidadãos.

Deve ser evitado o abuso desses mecanismos de consulta, já que podem provocar tensões e gerar ressentimentos difíceis de superar. Os mecanismos de consulta devem ser regulados e preparados de uma forma que garanta ao máximo o cumprimento das decisões tomadas.

Promover assembleias e conferências de comunidade, territoriais, nacionais, regionais, até chegar a um nível mundial.

Assistimos a uma tendência crescente – ainda que diferente segundo os países e regiões – em busca de uma participação maior dos cidadãos nas decisões particulares e gerais, relativas à vida social, econômica, política e cultural. Conferências locais, nacionais e continentais em matéria de saúde, educação, esporte, moradia, etc., que permitam uma participação organizada de amplas camadas da população, são mecanismos cuja importância já foi comprovada.

Da mesma forma, a convergência dos diversos setores sociais e profissionais em Assembléias cidadãs a todos os níveis, elaborando coletivamente propostas e planos de desenvolvimento nos diversos âmbitos, são iniciativas emergentes em vários países. Estas assembléias ainda são embrionárias, mas indicam que vão desempenhar um papel cada vez mais importante porque constituem modelos mais duradouros e consistentes que as manifestações, que certamente são legítimas e necessárias, porém passageiras. De fato, as mudanças nos sistemas políticos capazes de construir uma nova arquitetura de poder, do local ao global, devem ser duráveis e sustentáveis. Estas tarefas podem parecer utópicas, mas já aparecem como embriões de uma biocivilização para a sustentabilidade da vida e do planeta

II.

Repensar a arquitetura de poder, repensar a democracia

A grande mudança da arquitetura de poder da escala local a mundial na qual a humanidade entrou neste começo do século 21 (mudança que já estava germinada desde final do século passado) se realizou em meio a dois acontecimentos simultâneos e vinculados de certa forma um ao outro. O primeiro é a globalização. Claro que não se trata de um fenômeno novo, mas no final do século 20, a globalização chegou a um ponto no qual os diversos fenômenos superaram por completo as competências e capacidades dos Estados, especialmente porque estes continuam operando segundo o princípio de “interesse nacional”.

O segundo fenômeno, que se expressou dramaticamente já nos anos 50 com a ameaça de um desastre nuclear e depois nos anos 70 com os primeiros sinais sobre a rápida e preocupante deterioração do meio ambiente, é a consciência de que o modo de produção e consumo dos últimos séculos e todos seus excessos, foram levados a uma etapa crítica da história na qual o ser humano não somente pode chegar a se autodestruir como espécie, mas também é capaz de destruir seu próprio planeta.

Repensar a arquitetura de poder, repensar a governança global

Nesse contexto fica claro que os modelos de governança estão ultrapassados em relação à urgência e a complexidade dos problemas. Da globalização e tomada de consciência dos perigos para a vida e para o planeta surge a convicção de que, por um lado, somos confrontados com problemas inteiramente novos e de uma complexidade e uma urgência extremas (migrações, crises financeiras, deterioração ecológica, etc.) e, por outro lado,

não possuímos modelos de governança adequados para a resolução desses problemas.

Mas, o que é a governança global?

Além das definições complexas do que pode ser a governança global e as concepções tecnocráticas que este conceito envolve, é melhor pensar na governança mundial simplesmente como a gestão coletiva do planeta, concepção que talvez tenha o defeito de ser ampla, mas permite, em troca, explorar todas as dimensões do que poderia ser uma governança justa e democrática, sabendo que esta última deve superar o marco restritivo do que tem sido as “relações internacionais”, único prisma através do qual se percebem as relações que superam o estreito campo da entidade política dominante, a do Estado-nação.

Se pudermos tirar uma conclusão dos últimos 20 anos é que, no estado em que estão as coisas, não dispomos de estruturas adequadas para enfrentar e resolver todos os problemas que atualmente se convergem. Os Estados, começando pelas grandes potências e as potências emergentes, são partes envolvidas na elaboração de novas respostas, mas também são uma força de inércia que temos que superar. A evolução do mundo nas últimas décadas tornou obsoleta a prática das relações internacionais baseada nos interesses nacionais e nas relações de força, que o sistema da ONU certamente atenuou, mas não modificou seus fundamentos.

Essa inegável interdependência entre os Estados sobre vários temas – por exemplo, a economia, o meio ambiente e as questões de segurança – e a supremacia do princípio de interesse geral coletivo, exige não somente uma cooperação mais profunda no sistema internacional, mas também o reconhecimento do papel fundamen-

tal da solidariedade internacional e de seus atores nos procedimentos de tomada de decisão.

Em relação à sociedade civil, muitos anos de operações na luta contra as desigualdades sociais, pela regulação da mudança climática e contra a erosão da biodiversidade, bem como reivindicações de uma distribuição mais justa da riqueza, têm possibilitado reais avanços. No entanto, na situação que se encontra nosso planeta, a maior parte da população mundial continua extremamente pobre: fome, falta de acesso a serviços essenciais, violação dos direitos humanos, destruição de ecossistemas, etc.

As populações que passaram por guerras, fome, migrações forçadas, inundações e atentados são testemunhas dessa situação. E ainda podemos mencionar as redes mafiosas de tráfico de drogas, crianças, mulheres e homens que se deslocam aos milhões em busca de um lugar onde possam suportar um pouco mais as duras condições da existência cotidiana. Em bairros pobres de algumas cidades, grandes e pequenas, de todos os continentes, existem verdadeiras guerras sociais, mais ou menos abertas, que são uma expressão permanente da exclusão e das desigualdades econômicas e sociais.

As guerras e os conflitos com as quais nos defrontamos na atualidade têm diversas causas: desigualdades econômicas, conflitos sociais, sectarismo religioso, disputas territoriais, e controle de recursos básicos, tais como terra e água, etc. Em todos os casos, ilustram a profunda crise de governança global, e embora a quantidade de conflitos tradicionais entre Estados tenha sido reduzida nos últimos anos, os conflitos atuais não deixam de ser tão violentos e afetam cada vez mais as populações civis e regiões frágeis, principalmente na África e Oriente Médio.

A queda do muro de Berlin em 1989, o triunfo de Nelson Mandela em 1994, a prisão de Pinochet em Londres em 1998, entre outros fatores, fizeram crer por um momento, que o sistema de governança mundial no marco das Nações Unidas permitiria uma resolução multilateral dos conflitos e um exercício da justiça a nível internacional. Mas, ao mesmo tempo, a guerra nos Bálcãs, o genocídio de Ruanda em 1994 e as crescentes tensões no Oriente Médio foram sinais premonitórios de um recrudescimento dos conflitos.

Os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001, as guerras no Afeganistão e Iraque, a recente guerra na Líbia e as tensões crescentes no mundo árabe revelam, entre outras coisas, que os conflitos podem ser mortais não somente para os beligerantes diretos, mas também para o mundo inteiro. Os dirigentes belicistas de algumas grandes potências, começando pela mais importante, os

Estados Unidos, têm feito e seguirão fazendo da guerra o meio para resolver os conflitos.

Além das guerras, outros perigos ameaçam a paz e a solidariedade. O aumento do populismo, do fundamentalismo, do nacionalismo, se tornou uma realidade cada vez maior em grandes sociedades democráticas, não somente na Europa Ocidental e Oriental, mas também na Ásia e América. Alguns países da África tentam sair de suas crises, mas grandes regiões continuam estando profundamente imersas em crises permanentes, dificultadas por regimes autoritários e corruptos e camadas inteiras da população sobrevive em condições de miséria.

Nesse contexto, em muitas Nações surgidas a partir da independência, cujas instituições têm sido em grande parte “impostas” à sociedade, o exercício de poder é julgado ilegítimo pela própria população. A democracia representativa, tal como é praticada em muitos países, é vista pela maioria como um sistema pelo qual uma minoria se apodera da totalidade do poder e da riqueza.

Os confrontos se tornam múltiplos e recorrentes e o multilateralismo econômico, político e militar se vê barrado por conflitos bélicos e ideológicos excludentes. Conseqüentemente, continua sendo difícil atualmente, estabelecer as bases reais de novas instituições adequadas em todas as escalas de governança, do local ao global.

Repensar a democracia

Os aparatos estatais, tanto executivos como legislativos ou judiciais, herdados do passado, não permitem responder a complexidade das sociedades contemporâneas e, muitas vezes, a corrupção entra profundamente na gestão das empresas privadas e nas esferas públicas. O abismo que separa a sociedade civil das instituições públicas aumentou perigosamente na maioria dos países. O resultado disso é que mesmo o sistema institucional vigente, e com ele a noção de democracia, são colocados à prova. Os próprios partidos políticos são incapazes de refletir uma cidadania cada vez mais complexa. A democracia exige movimentos fortes, mas estes movimentos sociais e organizações da sociedade civil não abordam a questão central da legitimidade do poder na sociedade.

Estamos diante de sistemas democráticos muito diferentes e complexos. Em diferentes países e regiões se expressam democracias tradicionais com regimes parlamentares ou presidenciais, em outros são incorporados sistemas democráticos baseados na predominância de grupos com base étnica, e em outros os sistemas democráticos são abertamente ligados a orientações religiosas.

O risco político que implica uma situação dessas é evidente. A história recente mostra que um sistema institucional participativo não somente é mais justo, mas também mais eficaz que um regime autoritário. Mas como inverter a tendência atual de descrença na democracia, tanto no imaginário social como nas práticas políticas?

E, sem embargo está progredindo. Em vários lugares podemos identificar inovações econômicas, sociais, tecnológicas ou culturais promissoras. Poderíamos pensar que eles não conseguirão reverter a tendência de agravamento dos conflitos e uma deterioração das relações da humanidade com a natureza. Mas também é pertinente pensar que estamos no alvorecer de uma nova etapa na história. Milhares de cidadãos manifestam em vários países e regiões sua indignação e compreendem claramente o caráter injusto da governança econômica e política dominante.

Como lidar com estas questões da governança global? Como preservar o que deve ser preservado? Como mudar o que deve ser mudado? A arquitetura do poder global pode ser renovada ou é preciso assentar as bases de novas fundações para uma nova arquitetura de poder?

Apesar do estabelecimento de organismos internacionais ter facilitado a adoção de acordos e a capacidade de sustentar a cooperação, seguimos constatando uma grande lacuna entre esses organismos e os desafios aos quais a humanidade está sendo confrontada. Não há um espaço de negociação internacional. O Conselho Econômico e Social (ECOSOC) não consegue desempenhar o seu papel como coordenador das atividades em termos de desenvolvimento. Da mesma forma, a Comissão de Desenvolvimento Sustentável também não garante uma coerência entre as diversas dimensões econômicas, sociais e políticas de desenvolvimento sustentável.

Que sociedade mundial desejamos?

Antes de propor qualquer reforma institucional, uma pergunta se faz necessária: que sociedade mundial desejamos?

A dimensão ética é vital. Explorando e valorizando os fundamentos éticos que sustentaram as civilizações, aprendemos a superar nossas diferenças. As bases éticas de uma biocivilização para a sustentabilidade da vida e do planeta nos permitirão responder à grande pergunta que se mantém ao mesmo tempo em que empreendemos a construção de uma arquitetura de poder: como reconstruir o mundo a partir das civilizações? Somente se abordamos sem restrições estes temas difíceis, mas essenciais, podemos avançar de fato.

Os novos princípios de governança devem transcender as fronteiras nacionais, chamando a responsabilidade dos Estados, das empresas e também dos cidadãos, cada um segundo suas possibilidades, em suas responsabilidades individuais e coletivas rumo ao interesse geral, do planeta e seus habitantes. Esses princípios representam novas exigências para a legitimidade da ação coletiva, da concorrência, do exercício da cidadania baseado nos direitos humanos e de resolução das tensões entre o local, o nacional e o global.

Para enfrentar os desafios atuais necessitamos da ação de todos. As comunidades plurais se instituem desde a escala dos bairros até a escala mundial. A diversidade cultural é um fundamento essencial da comunidade global, e a união de nossas diversas comunidades políticas, religiosas e associativas, é uma condição indispensável para construir um novo sistema de governança justo e democrático.

Explorando as alternativas para a mudança da governança

Para repensar a atual arquitetura de governança mundial e propor alternativas para uma nova, justa e democrática, temos que identificar os atores e os espaços que já a estão configurando. É preciso ter em mente que não se trata somente de instituições, mas também de processos. Qualquer espaço político de poder, de participação, de representação, é um espaço de luta, de relações em tensão, tanto nos espaços que já existem como nos que deveriam ser criados, porque esses por sua vez, serão espaços em disputa.

Por isso temos que ter precaução de questionar os conceitos e inclusive as palavras que se utilizam, tais como arquitetura e governança, já que podem dar a impressão de que você está falando de universo estático e em equilíbrio. Pelo contrário, a arquitetura de governança é um conjunto complexo, dinâmico, contraditório, de espaços, instituições e imaginários onde múltiplos atores se disputam em relações de poder que vão mudando constantemente. Nessas disputas, as idéias (as palavras) e as mobilizações de atores sociais, interagem e se alimentam, e juntos sustentam a dinâmica de mudanças.

Portanto, também temos que ter em mente que em qualquer esquema de governança existem dois níveis: fatores institucionais e outros fatores e relações de poder que operam além das instituições, que são apenas uma parte (variável em cada caso) de poder. Isso não quer dizer que as instituições não sejam instâncias de poder “verdadeiro”, mas que são também espaços de disputa segundo

cada situação concreta, mesmo que seja somente uma dimensão do poder real.

A nova arquitetura política se constrói simultaneamente em duas grandes escalas: a local, a de território, (os Estados também correspondem a esta escala local ainda que possam ser muito diversos), e a mundial, que se refere não somente ao interestatal, mas também a novos espaços transnacionais e mundiais.

Existem dois “motores” nos processos de construção da governança. O primeiro é onde se passa a vida cotidiana das pessoas, e o segundo é no mundial, onde se decidem cada vez mais as políticas que afetarão essa vida cotidiana. A escala de fenômenos se amplia cada vez mais: migrações, pandemias, crises climáticas, crises financeiras, etc. Mas o território, o local e a democracia, são fatores básicos a partir do qual se poderá construir uma nova arquitetura de governança. No entanto, a dimensão global condiciona a vida cotidiana no local, sobretudo nesta época de globalização cada vez mais acelerada, de fluxos financeiros e comerciais, de circulação de informações e de pessoas. Por isso é preciso ao mesmo tempo propor e concretizar mudanças na governança em uma escala local e mundial. Há uma relação dialética entre essas duas grandes dimensões de governança.

Existe ainda uma dimensão intermediária. Entre o local e o mundial está o regional. Este espaço foi tomando corpo progressivamente e organismos regionais também desempenham um papel importante na arquitetura de governança. Em geral, estes organismos regionais reproduzem esquemas de regulação que respondem a interesses de grandes Estados e corporações e, no entanto constituem também espaços em disputa. Entre as inovações a programar, é indispensável apoiar o surgimento desse nível regional entre os Estados e o mundo. O exemplo da integração europeia não deve ser desmerecido pelas tensões estereis entre os Estados. A Europa tem sido um exemplo histórico na construção de uma ordem supranacional baseada na convergência econômica e no direito comunitário. É por isso que temos que reivindicar os espaços regionais como meio para reforçar as articulações dos territórios, organizações e atores sociais que buscam reforço dos seus poderes contra o Estado e as corporações transnacionais. Estes espaços transitam entre o local, incluindo o país-estado, e o mundial, mostrando um caminho até a arquitetura propriamente global do futuro.

III.

Os atores, suas relações, suas contradições

1. As transnacionais

São elas os atores que se expandem principalmente a escala mundial. As corporações financeiras, industriais, comerciais, de informação e tecnologia são as que configuram o modelo não somente de produção e de consumo, mas também de vida e civilização que está na base das crises atuais.

Diante das transnacionais não se trata somente de propor uma regulação. É preciso colocar em prática um controle cidadão e democrático. Mas dado o enorme poder que acumularam é impossível que somente um ator possa exercer esse controle. Faz-se necessário um controle do Estado a nível nacional, da ONU a nível internacional, assim como dos atores sociais a nível territorial. Existem ainda, relações fluidas entre as transnacionais e os Estados, principalmente das grandes potências. O Fórum de Davos, por exemplo, é um espaço que já existe há vários anos articulando as corporações transnacionais e órgãos governamentais

Para alcançar um controle eficaz das transnacionais a chave é a articulação entre esses atores. Mas nesse contexto os fóruns Multistakeholder não devem ser uma instância de legitimação do poder das transnacionais. Há que se inventar e construir estruturas que articulem as instituições e organizações locais para o mundo onde o poder das corporações transnacionais possam ser efetivamente controlados. Quando se pretende implementar regulações, as questões de legitimidade e credibilidade tornam-se centrais. Neste sentido, uma questão fundamental continua pendente: a construção de um direito internacional com poder suficiente para ser obedecido, porque embora haja o direito internacional, ainda não possui poder suficiente.

O Estado

O Estado como ente regulador e organizador da sociedade, apesar de suas limitações, sente o peso dos poderes fáticos econômicos e políticos transnacionais que buscam diminuí-lo, enquanto os povos ainda vêm no Estado e sua defesa um instrumento de regulação desses poderes e de garantias aos direitos dos cidadãos. Por isso não resulta adequado promover propostas anti-estatais. Um Estado que respeita os direitos dos cidadãos é uma condição das instituições democráticas de poder.

No entanto, devemos repensar o conceito de Estado-nação em um determinado território. Hoje, em muitos Estados a vinculação direta Estado-nação já não reflete a diversidade étnica e cultural dos povos e é cada vez mais recorrente a noção de Estado Plurinacional que em alguns países se reflete nas próprias constituições.

Claramente, a migração, o comércio, a Internet, etc ultrapassam os limites territoriais dos Estados e é necessário pensar em uma desterritorialização do papel do Estado, o que não é fácil dado o peso histórico das fronteiras.

O Estado possui hoje um papel ambivalente. É necessário para a regularização da governança principalmente no espaço nacional, mas ao mesmo tempo se distancia da democracia de proximidade e, a escala mundial, não é o instrumento mais adequado para responder aos desafios globais. Os Estados são também instituições em disputa e temos que orientar-los rumo a uma governança democrática e eficiente. Em todo caso, olhando em perspectiva a médio e longo prazo, a forma de Estado que teve um papel importante – por exemplo, durante a fase de descolonização – já se está diluindo e é indispensável pensar em sua transformação.

- **Na dialética entre a sociedade e o Estado**, a questão da participação e a representação é essencial. Sabe-se que os sistemas de representação não correspondem às exigências de uma participação ativa. O prioritário é potencializar a participação implementando sistemas de informação transparente e mecanismos de consulta abertos, para que a tomada de decisões seja eficaz. Mas se trata de ir mais além. É preciso radicalizar a democracia, tanto das instituições estatais como da sociedade propriamente dita.

Assim, progressivamente o Estado irá se transformando, e os sistemas de representação repensando novas instituições políticas. Isso significa um desafio histórico visto que assistimos uma crise de legitimidade das elites. A crise da democracia atual é principalmente um questionamento das elites e de como se construíram historicamente.

Os protestos ao sistema dos partidos políticos em alguns países é, sobretudo uma expressão do questionamento das elites. Mas além destes questionamentos, o que necessitamos é ter novos sistemas de organização dos sistemas políticos, no qual os cidadãos sejam atores principais, no qual seja possível aprofundar a democracia, os responsáveis sejam legítimos a as instituições transparentes e eficazes. Esta não é somente uma questão de engenharia política. É algo mais profundo, tem a ver com os fundamentos éticos capazes de sustentar os novos modos de vida em sociedade nas civilizações pela vida e pela sustentabilidade do planeta que se requer nestes começos de terceiro milênio.

- O papel da ONU

Em relação à ONU poderíamos ter três visões:

- Uma que afirma que a ONU é como é, que não há porque criticá-la e que o mais correto é reformá-la recuperando o papel que ela tinha, por exemplo, nos tempos da descolonização posterior à Segunda Guerra Mundial do século 20;

- Outra visão constata que a ONU não responde aos desafios atuais, que não vale a pena tentar reformá-la e que com ela não chegaremos a nenhum lugar.

- Uma terceira defende ainda que a ONU não consegue enfrentar eficazmente os problemas atuais, mas não é adequado deixá-la de lado e sim apoiar os esforços para reformá-la, para torná-la mais democrática, sem pretender uma transformação rápida das instituições interestatais. Neste sentido, tudo que aponte para ampliar os espaços da sociedade civil no sistema da ONU reforçando a tomada de decisões além da simples consulta,

tudo que possa avançar na reforma do Conselho de Segurança, abolindo o sistema de veto, entre outras iniciativas, será positivo.

Em todo caso, como o Estado, a ONU precisamente porque é uma estrutura interestatal, faz parte do que começa a ficar velho e surge a necessidade de construir novas instituições para renovar a arquitetura de governança global. Neste contexto, a ONU é também um espaço de disputa.

No espaço das grandes organizações que buscam regular a governança global de hoje, existem dois grandes grupos de atores:

- Os conjuntos geopolíticos: G8, G20, OECD, BRICS que se auto-atribuem poder e são atores mais poderosos, e que não seguem todos as mesmas políticas para as crises atuais;

- A ONU e conferências intergovernamentais.

Os grupos geopolíticos, principalmente o G-8, dependendo do caso apoiado pelo FMI e pela OTAN, tiram a legitimidade do papel da ONU e impõem suas políticas a nível global. No entanto, a profundidade da crise e seu ritmo recorrente mostram a incapacidade desses atores para superá-las. É por isso que os espaços e as oportunidades para ir construindo uma nova arquitetura de governança global continuam válidos desde que os cidadãos, os povos, suas organizações, movimentos e redes sejam capazes de contestá-las e aproveitá-las. E aí reside um dos desafios mais exigentes da atualidade.

Para a Rio+20 circulam várias propostas sobre adaptações ou inovações no sistema das Nações Unidas. Alguns países e ONGs postulam uma Organização Mundial do Meio Ambiente diretamente vinculada à Secretaria Geral a qual fortaleceria o papel do PNUMA e do PNUD e facilitaria a articulação entre as diversas agências da ONU, as grandes ONGs e as grandes empresas vinculadas à ONU. Alguns defendem que é preciso um Conselho Mundial do Meio Ambiente com uma importância similar à do Conselho de Segurança. Outros insistem em expandir e democratizar as instâncias existentes incorporando-as de maneira sistemática e com direitos ampliados a outros atores no sistema da ONU, tais como as ONGs e as empresas, junto aos governos.

Qualquer reforma no sistema atual para adaptar-lo aos desafios pendentes é bem vinda. No entanto, não podemos esperar que uma reforma do sistema atual da ONU, por mais consentida e eficiente que seja, que seria o mínimo, seja capaz de responder à altura dos desafios. É

provável que em mais 10 ou 20 anos, quando busquemos analisar o estado do planeta, se constate uma vez mais a distância entre o que é dito e o que é feito.

Embora os círculos de alguns governos e algumas grandes ONGs representem as expectativas nessas reformas, as exigências de uma radicalização da democracia exigem mudanças mais profundas que as reformas dos sistemas institucionais da ONU. A invenção dos sistemas políticos das novas democracias emergentes no século 21 advém de uma necessidade histórica. Esse desafio nos chama a pensar, para que, assim como nos períodos de mudanças históricas que se apresentaram em todas as civilizações, hoje, no começo do século 21, os cidadãos e os povos inventem os novos instrumentos sociais e políticos capazes de potencializar as energias necessárias para resolver os profundos problemas de nossa época.

China

Dentre os grandes atores se faz necessária uma menção especial à China. A arquitetura de uma nova governança global tem que ser repensada a partir do que está acontecendo na China e inserir esse país no espaço mundial. Estamos diante de um gigante que está gerando uma nova dinâmica de caráter expansionista e ao mesmo tempo está baseada em um sistema econômico e político de grande injustiça. Alguns trabalhadores, principalmente os migrantes, vivem em condições de exploração extrema. As mudanças nesse país são muito rápidas e alguns chineses manifestam um sentimento contraditório ao não poder enfrentá-las e orientá-las para um sistema diferente do que é baseado na exploração e opressão de seu próprio povo, assim como de outros povos e das riquezas de outras regiões.

Os chineses, conscientes das engrenagens perversas que envolvem o modo capitalista autoritário de crescimento no qual estão imersos e também de seus impactos nas outras regiões do mundo, se esforçam para diminuir a contaminação e o efeito estufa (aplicando em suas políticas econômicas mecanismo como os da ecologia circular ou ecologia industrial). Por outro lado, a partir de seu ponto de vista, a China não tem o poder absoluto para tomada de decisões, está obrigada a considerar os outros governos. Como exemplo podemos citar quando quis reduzir poluentes de produção de carbono, países europeus e norte-americanos exigiram da China a manutenção das quotas que eles necessitam, mesmo correndo o risco de agravar os problemas energéticos e ambientais. Existe então uma responsabilidade de quem espera e exige da China um determinado comportamento econômico e financeiro. Em todo caso, a estabilidade e o crescimento da China não é somente uma questão econômica, é uma questão vital para a estabilidade do sistema desse país-continente.

Outro processo que está se desenvolvendo com força, não somente na China e Ásia, mas também em outras regiões do sul do planeta é o forte e esmagador crescimento das cidades. A tendência mostra que a população do planeta será em sua maioria urbana e a maioria das grandes cidades estará na China e Ásia. O desafio é então desenvolver políticas territoriais não somente nos espaços rurais (os que continuam sendo importantes ainda na China, Índia e vários países do Sul), mas também nos espaços urbanos com a finalidade de construir e reconstruir cidades sustentáveis com novos sistemas de transporte, de construção ecológica de casas, com relações fluidas entre os locais de trabalho e de residência e, sobretudo, favorecendo relações de intercâmbio entre os habitantes e os vizinhos.

Nesses processos macroeconômicos e geopolíticos que parecem superar os esforços por um diálogo fértil entre os povos, nos intercâmbios entre chineses e cidadãos de outras regiões, o que nos separa não são as identidades culturais, mas sim as políticas expansionistas dos que têm o poder. Promover e organizar diálogos diretos entre cidadãos chineses e cidadãos do mundo é uma proposta fundamental para projetar e construir uma nova governança social, política e intercultural que irá abrindo os espaços para novas vozes e novos pilares de uma arquitetura solidária da governança.

3. As pessoas, as comunidades, a sociedade civil e uma nova relação com a natureza

Um terceiro ator na arquitetura da governança global corresponde a um conjunto complexo de sujeitos diversos os quais nem sempre se articulam de maneira harmoniosa (ao contrário, às vezes conflitante): as pessoas, as comunidades, as organizações da denominada sociedade civil e a natureza concebida também como sujeito.

Quando se fala de atores de governança normalmente se pensa em um triângulo: Estado – Sociedade Civil – Empresa. É necessário pelo menos somar um quarto vértice: o da comunidade, que não é o mesmo que a sociedade civil. Comunidade se refere sobretudo à noção de identidade. E sociedade civil se refere principalmente à noção de cidadania. Temos que repensar então a relação entre comunidade e sociedade civil para construir alianças e revelar diferenças, por exemplo, entre os direitos das mulheres e as lógicas comunitárias que não convergem necessariamente com esses direitos.

Os sujeitos sociais nessa fase de transição são extremamente diversificados. Agrupá-los em noções genéricas como sociedade civil, movimentos sociais ou comunidades étnicas ou territoriais podem ocultar a grande diversidade que os caracteriza. Os movimentos feministas marcaram as lutas pela emancipação social desde princípio dos anos 50. Diversas correntes de jovens em diferentes etapas têm construído ondas de renovação social e cultural. Hoje assistimos a uma nova onda encabeçada por jovens que renovam as lutas por um mundo mais justo. Ainda que os contextos geopolíticos possam ser tão diversificados como os de Tunísia, Egito, Espanha, Grécia, Estados Unidos, Chile, Colômbia, entre outros países, em todos eles e em vários mais, os jovens desempenham um papel de liderança. Da mesma forma, os movimentos dos povos indígenas e agricultores continuam a desempenhar um papel de liderança em muitos países da América do Sul, África e Ásia. Os migrantes são também verdadeiras ondas de movimentos sociais que se deslocam no interior dos continentes provocando mudanças sociais e econômicas consideráveis, apesar das restrições e das violações aos seus direitos. Outros movimentos sociais, especialmente de caráter cultural, religioso ou artístico, vão configurando poderosamente os modos de vida, de maneira difusa e sem deter-se em instituições ou organizações determinadas.

Esta diversidade pode construir uma força ou pode também representar uma fraqueza que obstrui os vínculos necessários à formação de amplas forças sociais e políticas. Conceber e construir novas organizações sociais, políticas, culturais capazes de canalizar as energias desses atores e movimentos, reforçando ao mesmo tempo a diversidade que elas trazem é talvez um dos mais importantes desafios do momento presente. A transição histórica que entrou a humanidade somente poderá progredir para novas formas de vida sustentável, solidária e pacífica, se uma grande maioria de atores e movimentos sociais puder construir novas instituições políticas, sociais e culturais nas quais os cidadãos possam exercer individual e coletivamente seus direitos e suas responsabilidades em sociedades plenamente democráticas. As principais organizações sociais e políticas dos séculos passados, em especial os partidos políticos e os sindicatos, são e certamente continuarão sendo ferramentas importantes dos sistemas democráticos. No entanto, a renovação de tais organizações, e as articulações e alianças entre os atores e movimentos sociais são pré-requisitos para as profundas mudanças que são necessárias.

4. Os territórios

Assistimos à “vingança” dos territórios, até pouco esquecidos nas engrenagens macroeconômicas e macropolíticas da arquitetura de poder global. Hoje é evidente que a nova arquitetura de governança deve passar por uma reavaliação dos territórios. Mas os contornos são ainda difusos: onde está o território? Nos vizinhos, no bairro? Qual é a dimensão dos territórios urbanos, das localidades rurais? O país é um território independente de sua superfície? Existem territórios continentais como Europa, América do Sul, ou o subcontinente indiano, etc? Depois de tudo, por acaso o mundo inteiro é um território?

Em todo caso, algumas respostas pertinentes já existem. Trata-se de articular as escalas e os níveis de governança, sabendo que não se trata de forçar as relações pretendendo que estas sejam, entre os diferentes níveis, mais importantes que as articulações. As tensões entre os níveis são muitas vezes mais importantes que as articulações. A subsidiariedade ativa não é um princípio automático. É preciso construí-lo através de instâncias de disputa, mas também de consenso.

Podemos destacar um pilar fundamental da nova arquitetura de poder global. Trata-se de localizar e territorializar ao máximo possível a economia e o poder, já que a cidadania se realiza plenamente em um território cidadão. É tomando como base a interdependência entre o local e o mundial que o princípio de subsidiariedade se torna fundamental. Consideramos, por exemplo, a questão climática. É evidente que se trata de uma questão mundial que requer uma governança global. Mas não funcionará sem um compromisso efetivo dos cidadãos em seus territórios. Assim, o território é a unidade específica da relação entre a sociedade e a natureza, no qual se pode atingir uma simbiose que expressa socialmente a sustentabilidade do planeta devido à complexa diversidade da própria natureza.

Ao repensar e re-valorizar o papel dos territórios e dos povos que o habitam, é preciso definir a relação entre os territórios e a gestão dos bens comuns. É uma reivindicação legítima dos povos e comunidades a de reclamar a soberania sobre os bens comuns dos territórios que habitam. Na verdade, o que foi salvo da voracidade das transnacionais e outras corporações depredadoras, salvaguardando bens comuns preciosos como a biodiversidade nos bosques, mares, lagos, etc, aconteceu graças à resistência e sabedoria de povos ancestrais, que fizeram do cuidado com a biodiversidade um dos pilares fundamentais de seus modos de vida e de sua relação com a natureza. O importante é que esse cuidado não seja suprimido por ló-

gicas de propriedade privada ou coletiva que signifiquem um privilégio excluindo a outros povos e territórios vizinhos ou distantes.

Este é um ponto complexo que requer reflexão com alto foco. É claro que os bosques, lagos, rios, montanhas e planícies não devem ser delimitados por fronteiras estatais ou pela filiação pela habitação. Além disso, os recursos subterrâneos e o ar, evidentemente, não podem e não devem ser marcados por fronteiras. O problema é que a noção de propriedade capitalista se impôs sobre a soberania dos povos sobre seus territórios. Entretanto a soberania não deve ser entendida como um privilégio e sim como uma responsabilidade a serviço da sustentabilidade da vida e do planeta. Há aqui uma questão de governança local e global que precisa ser repensada para respeitar a soberania dos povos que habitam os territórios e garantir, ao mesmo tempo, que os bens presentes nesses territórios sejam geridos como propriedade comum de toda a humanidade.

O que está claro é que a construção de uma arquitetura deve privilegiar os mecanismos de baixo para cima, levando-se em conta que os atuais agrupamentos regionais existentes tais como MERCOSUL, a Asean, a União Européia, a União Africana, a Unasul, etc, construídas principalmente por acordos regionais comerciais ou políticos, não são as formas definitivas de regulação de acordos regionais comerciais ou políticos. Os fóruns sociais e as assembléias cidadãs, por exemplo, constituem formas de articulação entre territórios à escala local no interior dos países, à escala regional, subcontinentais e inclusive a escalas multirregionais ou multicontinentais. Um território comum, sociedades civis, comunidades e pessoas em escala mundial constituem ainda um horizonte que está emergindo, mas permanece para além dos esforços alcançados nas últimas décadas através da dinâmica dos cidadãos em várias regiões do mundo. As tarefas necessárias para fortalecer a construção social dos territórios e democratizá-los ainda estão presentes.

5. Os poderes fáticos (the hidden-powers)

Nos esforços por construir uma nova arquitetura de governança não se devem deixar de lado os poderes fáticos, ou seja, aqueles que não são legais nem legítimos ou que operam além de sua legalidade e legitimidade, invadindo outras áreas, tais como o crime organizado, as redes de tráfico de drogas, de armas, ou de pessoas. Outros poderes fáticos influenciam fortemente as relações de poder e os meios de comunicação muitas vezes ligados a empresas transnacionais e instituições

ideológicas. Os poderes fáticos são também um mundo complexo, com ramificações econômicas, sociais e militares que condicionam os processos de construção de uma arquitetura sustentável e responsável de governança. Quando os órgãos reguladores da democracia são frágeis, os poderes fáticos mostram seu poder. Descobrir e neutralizar, regular, abolir estes poderes também deve ser uma tarefa explícita colocada como prioridade de construção de uma governança responsável e solidária. Caso contrário, esses esforços serão constantemente prejudicados pelas práticas anti-democráticas, corruptas e criminosas desse poderes.

O processo de construção de uma nova governança deve ser acompanhado de um processo que conduz a uma sociedade desmilitarizada. O militarismo é próprio do sistema patriarcal e não deve reger as relações entre os Estados e os povos. Mas diante do agravamento das crises atuais e em períodos de mudança nas civilizações, as guerras e as opressões causam danos irreparáveis à vida e ao planeta. É por isso que no processo de transição para uma sociedade desmilitarizada é preciso implementar mecanismos de reforma das forças armadas e de segurança dos povo, que são as primeiras vítimas dos conflitos.

CONCLUSÃO

O que devemos fazer?

Às vezes, diante da crueldade da guerra, da debilidade dos valores de solidariedade que provoca uma modernidade baseada em um consumo supérfluo, diante das desigualdades crescentes, da corrupção, das máfias, das catástrofes naturais, podemos nos sentir impotentes. Mas, apesar dos obstáculos, o sentimento de poder contribuir para construir uma nova arquitetura de poder justa e democrática também é forte.

Sabemos que o futuro é incerto e provavelmente será diferente ao que sonhamos hoje, mas já assumimos a responsabilidade de ajudar a construir uma comunidade mundial responsável, plural e solidária, onde o novo sistema de governança mundial que estamos propondo será um instrumento essencial.

A partir de agora temos que dar um novo passo adiante, avançando com propostas sociais e politicamente viáveis, para sair da situação atual. Uma nova geração de propostas deverá não somente avaliar a viabilidade das que já propomos, mas também propor outras. Ela deverá também identificar os meios para implementá-las sinalando as alianças sociais, políticas e culturais necessárias para construir a governança justa e democrática que o mundo precisa, urgentemente.

www.world-governance.org

